

# ATLANTIC CONFERENCES

26TH JANUARY 2024

## PORTUGAL, MADEIRA AND THE EURO-ATLANTIC

### O CINM na geopolítica da Madeira

A Madeira, apesar de geograficamente mais próxima do Continente Africano, sempre esteve política e culturalmente inserida, desde o seu descobrimento pelos portugueses, no espaço europeu.

Desde a sua descoberta que o arquipélago conferiu a Portugal uma vantagem competitiva, primeiro no acesso à conquista do novo mundo, na fase do grande expansionismo do seu território ultramarino, depois na exploração das riquezas desses territórios e no vibrante comércio internacional que inevitavelmente então se gerou.

Neste contexto, é consabida a importância que a Madeira assumiu como plataforma produtiva e do comércio do açúcar entre o final do século XV e meados do século XVI.

A Madeira teve, pois, uma grande relevância para o dinamismo económico de Portugal na época, tendo contribuído de modo particularmente importante para a prosperidade da economia portuguesa de então e para o singular posicionamento geopolítico do país.

Mas então já as características intrínsecas do arquipélago enquanto pequeno território com orografia difícil se fizeram sentir. Com o descobrimento de territórios de enorme vastidão como o Brasil, a produção do açúcar na Madeira deixou de ser compensadora economicamente e, nos séculos que se seguiram, outras actividades económicas assumiram importância na sua economia, designadamente o turismo, com particular destaque para o seu impacto no produto interno bruto regional nos últimos dois séculos.

A importância que este sector assumiu para a economia regional foi consequência da sua capacidade de competir à escala internacional. Das actividades tradicionais que ao longo do tempo foram assumindo importância económica, (a agricultura, as indústrias do Bordado Madeira e do Vinho Madeira, por exemplo) o turismo foi a que mais prevaleceu e prosperou, ao ponto de assumir uma importância fundamental na estrutura produtiva de bens e serviços regional, com impacto da maior importância na formação do produto interno bruto.

A Madeira como região portuguesa do Euro-Atlântico passou a ter notoriedade e a assentar o seu desenvolvimento essencialmente, em torno do turismo, tendo o seu PIB per capita reflectido essa realidade e acentuado a necessidade de encontrar alternativas para o desenvolvimento da economia, contrastando com o nível de riqueza e de desenvolvimento de outras realidades euro-atlânticas.

Não obstante, os madeirenses sempre assumiram a ambição de, fazendo parte dessa realidade, política e culturalmente, conseguirem estar alinhados com os seus níveis de desenvolvimento económico e social.

No entanto, numa região como a Madeira, assegurar de uma forma consistente e perene, desejavelmente por recursos próprios, os meios para fazer crescer a economia, que permita o

desejável alinhamento com os níveis de desenvolvimento económico da realidade euro-atlântica, representa uma dimensão acrescida e com desafios muito próprios. Porque a economia, cingida aos seus recursos internos unicamente, tenderá a não gerar o que é necessário.

Todavia, o desenvolvimento económico bem conseguido é fundamental para que uma sociedade possa dedicar-se a actividades mais sofisticadas, mais criativas, passíveis de gerar maior valor em domínios como a ciência, a cultura e o empreendedorismo.

### **O Investimento Externo, um indutor de desenvolvimento**

Em outras realidades, designadamente no espaço Euro-Atlântico, o contributo do investimento externo (IE) tem sido um dos principais impulsionadores do desenvolvimento económico e da coesão económica e social em muitos países, designadamente, os Países Baixos, o Luxemburgo e a República da Irlanda, todos entre os mais desenvolvidos da Europa e do mundo.

Uma avaliação empírica permite-nos afirmar que o IE foi capaz de, de facto, contribuir para gerar riqueza na região Euro-Atlântica, em alguns casos decisivamente.

O IE em regiões com escassez de recursos, entre eles o capital, e sujeitas a limitações e contingências permanentes (o afastamento geográfico, a muito pequena escala, a difícil orografia), como uma região ultraperiférica (RUP) e simultaneamente pequena economia insular (PEI) como a Região Autónoma da Madeira (R.A.M.), torna-se, a meu ver, ainda mais importante e decisivo para o seu desenvolvimento.

Há um conjunto de factores que figuram como muito importantes na captação de IE, designadamente:

- A disponibilidade e elevada qualificação do emprego;
- A existência de infra-estruturas de excelência;
- O fácil acesso a fontes de financiamento;
- A existência de benefícios fiscais;
- O fácil acesso a matérias-primas;
- A existência de transportes e logística eficientes;
- O fácil acesso aos mercados de consumo;
- A existência de uma infra-estrutura do conhecimento robusta;
- A existência de baixos custos de contexto.

Atentando a este conjunto de factores que, na prática representam um conjunto de condições, ou melhor pré-condições, para que uma região ou um país sejam competitivos na captação de investimento externo, compreende-se que o posicionamento de uma RUP e PEI para captar investimento externo não seja de todo fácil. E que os grandes ganhadores na captação de IE sejam naturalmente as grandes economias, com valências enormes em cada um dos factores atrás mencionados (EUA, China, Alemanha, Reino Unido, França, à cabeça, mas também outras de menor dimensão, como as aqui já referidas dos Países Baixos, do Luxemburgo e da Irlanda). O que, em si, deixa antever que nem só as principais economias do mundo têm uma palavra a dizer neste domínio.

### **O Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)**

Uma região ultraperiférica, que tem adicionalmente a característica particular de ser uma pequena economia insular, tem, é um facto, face aos seus handicaps permanentes, menos argumentos e de menor alcance para assegurar um posicionamento minimamente eficaz, na corrida extraordinariamente competitiva à captação de IE.

Mas não é impossível fazê-lo, ao ponto de conseguir um contributo passível de paulatinamente ir transformando a estrutura produtiva de bens e serviços da sua economia, através do estabelecimento de novas actividades económicas, adaptadas às suas características de RUP e de PEI, induzindo a diversificação e modernização da economia.

Provam-no vários exemplos, entre eles as ilhas britânicas nas quais também se inspirou a criação do CINM. Prova-o o próprio CINM, pelos contributos que tem sido capaz de induzir na economia da Madeira, apesar das limitações que ao longo do tempo lhe foram sendo impostas.

É consabido que o CINM foi concebido e criado visando a modernização e a diversificação da estrutura de bens e serviços da Madeira, através da atracção de investimento externo.

Todo o seu enquadramento legal foi desenhado para gerar um quadro de incentivos de natureza fiscal, de simplificação administrativa e de circuitos de informação no contexto da Administração Pública que permitisse atrair e fixar investimento externo de um modo competitivo à escala internacional.

Tendo em conta os factores relevantes para a atracção de IE, perceber-se-á que não resta muito a uma RUP e PEI para afirmar a sua competitividade, a não ser apostar na competitividade fiscal, complementando-a com a eficiência de procedimentos.

Apesar de a sua criação formal ter ocorrido logo no início da década de oitenta, o seu funcionamento de facto, diga-se a sua promoção, a construção das primeiras infra-estruturas da Zona Franca Industrial e a instalação das primeiras empresas, teve lugar em 1987 e nos anos imediatamente seguintes.

O CINM representa hoje uma realidade da maior importância para o desenvolvimento da R.A.M.. Em minha opinião, o seu maior trunfo para assegurar a transformação da sua economia e o crescimento do seu produto interno bruto através de actividades económicas alternativas às tradicionalmente existentes, mas com elas compatíveis e integradas, designadamente com o turismo, o seu sector económico mais relevante. Evitando o perpetuar de uma economia dependente de um mono-produto.

De facto, confirmou ser possível atrair actividades económicas compatíveis com as limitações estruturais e permanentes de uma região ultraperiférica da União Europeia e, simultaneamente, pequena economia insular, gerando desenvolvimento económico.

O CINM tem sido capaz de gerar entre 13% e 15% do total de receitas fiscais da Madeira, cerca de 50% ou mais do total de IRC gerado e representa cerca de 3500 postos de trabalho directos (o que, por padrões internacionalmente aceites, terá induzido a criação pelo menos mais outros 3500 postos de trabalho indirectos). Interessa igualmente relevar que os postos de trabalho directamente gerados, que correspondem aproximadamente a 2,5% da população activa da R.A.M., contribuíram, em 2022, com cerca de 5,6% do total de IRS colectado na Região, o que permite concluir da sua capacidade de gerar oportunidades profissionais com remunerações acima da média.

Os contributos qualitativos devem igualmente ser sublinhados, até porque representam a materialização dos objectivos que nortearam a criação do CINM: o estabelecimento e consolidação de actividades antes inexistentes e adaptadas à condição de RUP e de PEI que levou à sua efectiva diversificação e modernização, a transferência de *know-how* e competências antes inexistentes sobre as novas actividades e sobre os mercados com os quais estas são exercidas, a criação de postos de trabalho mais qualificados, com a consequente fixação de população mais jovem e qualificada, com uma prática de remunerações frequentemente acima do que é normal para cada função. Isto sem mencionar o contributo induzido em outros domínios da economia regional como o sector imobiliário e dos serviços em geral prestados às empresas (contabilidade, telecomunicações, equipamentos necessários ao funcionamento das empresas, limpeza e outros serviços), prova da sua integração plena na economia regional.

Por conseguinte, em minha opinião, tais contributos devem ser vistos, acima de tudo, como uma medida do potencial de desenvolvimento que o CINM encerra para uma pequena economia insular ultraperiférica e do quanto através de si poderá ser atingido se dotado das condições necessárias à sua competitividade internacional.

Tendo em conta o acima exposto, poder-se-á concluir existirem um conjunto de novos activos económicos resultantes da diversificação e modernização da estrutura produtiva de bens e serviços da Região Autónoma da Madeira através do CINM, obtida por via do estabelecimento e consolidação de actividades adaptadas à sua realidade de pequena economia insular e ultraperiférica. Esses novos activos económicos, à cabeça, o próprio CINM, tendo contribuído de forma tão importante para o desenvolvimento económico e social da R.A.M., contribuem positivamente para a importância desta região autónoma na geopolítica nacional e para o posicionamento geopolítico internacional de Portugal.

### **Na geopolítica nacional e no posicionamento geopolítico de Portugal**

A importância que o CINM assumiu na economia regional é, por si só, um argumento a favor de um incremento significativo da relevância da R.A.M. na geopolítica nacional. Os seus contributos de enorme relevância para o desenvolvimento económico e social da Região, comprometem o Estado português com a necessidade de assegurar a manutenção da sua capacidade para atrair IE, tornando-se absolutamente indispensável a prossecução, no contexto das instituições comunitárias e internacionais, da defesa da competitividade do regime fiscal do Centro, como até aos dias de hoje.

Por outro lado, o impacto do contributo do CINM para o desenvolvimento regional no PIB per capita regional, que ultrapassou a média nacional em 2022, e o que representa na atracção investimento externo relevante para o país (é oportuno lembrar os dados estatísticos do Banco de Portugal em 2013 que davam conta de que cerca de 12% do investimento externo atraído por Portugal tinha entrada via R.A.M.), acresce à importância com que a Madeira deve ser percebida no contexto geopolítico nacional. Tais contributos, em muito resultantes do impacto do CINM, relevam a importância dos contributos da Região para o desenvolvimento de todo nacional.

Mas os argumentos a favor da afirmação geopolítica internacional de Portugal são também notórios, a meu ver.

Cerca de 75% do investimento externo captado através do CINM é de origem de países da OCDE, por conseguinte, de economias desenvolvidas.

Através do CINM, ano após ano, é concretizada a atracção de investimento de fora da UE. Apesar da reduzida escala face à dimensão da economia do bloco comunitário, não deixa de ser um contributo no sentido certo vindo de uma RUP, no espírito ínsito no Tratado de Funcionamento da UE que permite nestes territórios a existência de zonas francas visando o seu desenvolvimento económico e social.

O CINM tem, ao longo do seu tempo de existência, servido de inspiração ou mesmo referência em soluções a adoptar para desenvolver a economia de regiões, designadamente insulares, de vários países. Ocorrem com alguma regularidade visitas de autoridades regionais ou nacionais com o objectivo de se inteirarem sobre o que foi feito a este nível na R.A.M., nomeadamente países dos PALOPS e da ilha de Jeju na Coreia do Sul. É o caso de Canárias, que copiou o modelo adoptado na R.A.M..

Mas o contributo porventura mais relevante para o posicionamento geopolítico de Portugal, vem do Registo Internacional de Navios da Madeira, o MAR, um dos 3 sectores que são parte integrante do CINM.

O MAR é actualmente o 3º maior registo da União Europeia em número de navios, o segundo em tonelagem de arqueação bruta, e o 11º maior do mundo. O registo tem actualmente mais de 1000 embarcações registadas, das quais 900 são navios de transporte de mercadorias e de passageiros de grande porte.

O MAR tem sido um instrumento importante no *flagging in* de navios de armadores europeus para registos de bandeiras de países da União Europeia, estando a constituir-se como um instrumento importante para o cumprimento deste objectivo apontado há mais de uma década pela Comissão Europeia.

Ainda nesta senda, parece-me relevante aludir à criação da EISAP (*European International Shipowners Association of Portugal*), associação que foi formada pelos armadores europeus com navios registados no MAR, visando a criação de um *cluster* marítimo em Portugal, através do contributo de entidades de relevo na indústria do *shipping*. Deve ser notado, neste âmbito, que muitos dos principais armadores europeus têm navios registados no MAR, o que se me afigura muito relevante para a projecção e notoriedade de Portugal.

Mas mais importante. Estes navios arvoram a bandeira portuguesa e são, nos termos do direito marítimo internacional, parte integrante do território nacional. Consequentemente, através do MAR, Portugal passou a assumir uma posição de crescente relevo nas organizações que regem o funcionamento da marinha mercante a nível mundial, como a IMO (*International Maritime Organisation*), organismo que integra a Organização das Nações Unidas.

Estes são argumentos que, em minha opinião, acrescentam valor ao posicionamento geopolítico de Portugal e têm como raiz comum o facto de emanarem de activos económicos da R.A.M., directa ou indirectamente relacionados com o CINM e com os seus contributos para a economia da Região.

Passados mais de 500 anos da época em que a Madeira assumiu grande protagonismo e relevância económica e geopolítica por estar no centro da produção e do comércio internacional do açúcar e intrinsecamente ligada ao movimento de expansão dos territórios ultramarinos de Portugal, a Região Autónoma assume hoje uma posição relevante na geopolítica nacional e

contribui positivamente para a valorização do posicionamento geoestratégico internacional de Portugal, com o contributo incontornável do Centro Internacional de Negócios da Madeira.